



A LÓGICA DA ARGUMENTAÇÃO E AS FALÁCIAS DA SUSTENTABILIDADE

THE LOGIC OF ARGUMENTATION AND THE FALACIES OF SUSTAINABILITY

Denise Schmitt Siqueira Garcia*

RESUMO: O presente trabalho terá como escopo trabalhar com a temática sobre alguns tipos de falácias e a relação destas com a sustentabilidade. Nesse diapasão elencou-se como objetivo geral analisar as falácias ligadas à sustentabilidade. Os objetivos específicos são: identificar o que é uma falácia, compreender o conceito de cada tipo de falácia e verificar alguns tipos de falácias que estão relacionadas com a sustentabilidade. Para tanto o artigo foi dividido em três partes: na primeira será feita uma abordagem conceitual sobre os vários tipos de falácias existentes; na segunda parte será tratado sobre a sustentabilidade e suas dimensões; e a terceira e última parte, adentra-se no tema central o artigo que é a análise das falácias ligadas à sustentabilidade. Extraíndo-se, ao final, que a relevância do tema sustentabilidade e a constante divulgação tanto midiática, como mercantil e política, torna cada vez mais a sua utilização indevida como artifício de enganação, ou seja, a utilização de falácias em argumentações que o envolvem. Vários são os exemplos dessas falácias ligadas à sustentabilidade e que foram tratados na pesquisa, porém destacam-se duas delas que são utilizadas de maneira exacerbada, como a falácia do crescimento econômico ilimitado e a da inexistência do aquecimento global e do efeito estufa. Quanto à metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; o cartesiano na fase de tratamento dos dados; e também o indutivo no Relatório da Pesquisa. Foram ainda acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Ambiental. Sustentabilidade. Falácias.

ABSTRACT: This work has the scope to work with the theme of some types of fallacies and their relationship to sustainability. In this vein it was listed as a general objective to analyze the fallacies related to sustainability. The specific objectives are to identify what is a fallacy, understand the concept of each type of fallacy and check some types of fallacies that are related to sustainability. Therefore the article has been divided into three parts: first will be made a conceptual approach to the various types of fallacies; at the second part will be treated about sustainability and its dimensions; and the third and final part, is entered in the central theme of the article that is the analysis of the fallacies related to sustainability. Extracting, at the end, that the relevance of the theme of sustainability and constant dissemination both media, as a market and policy becomes increasingly misuse and deception of deception, ie, the use of fallacies in arguments surrounding it. There are several examples of these fallacies related to sustainability and were treated in the study, but we highlight two of them are used exaggerated way, as the fallacy of unlimited economic growth and the absence of global warming and the greenhouse effect. The methodology used was the inductive method for the research; Cartesian in the data processing stage; and also the inductive in the search report. They were also triggered the techniques of the referent category, operational concepts, bibliographic research and book report.

KEYWORDS: Environmental Law. Sustainability. Fallacies.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Falácias. 2 Aportes Teóricos sobre Sustentabilidade. 3 Falácias sobre Sustentabilidade. Considerações Finais. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema principal a análise de alguns tipos de falácias e a relação destas com a sustentabilidade. A escolha do tema se deu a partir das discussões fomentadas na Escola de Altos Estudos CAPES, através de projeto aprovado pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas –PPCJ da UNIVALI para a realização de estudos aprofundados sobre a temática da Teoria da Argumentação juntamente com o Professor Manuel Atienza, da Universidade de Alicante, na Espanha.

* Doutora e Mestre em Direito Ambiental e Sustentabilidade pela Universidad de Alicante, Espanha. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), Santa Catarina.

O desenvolvimento do artigo se dará primordialmente no âmbito do Direito Ambiental e da Argumentação Jurídica, onde se buscará analisar doutrinas ambientais nacionais e internacionais relacionando-as às falácias ligadas à sustentabilidade.

Por tudo isto, este artigo terá como objetivo geral analisar as falácias ligadas à sustentabilidade. Os objetivos específicos são: identificar o que é uma falácia, compreender o conceito de cada tipo de falácia e verificar alguns tipos de falácias que estão relacionadas com a sustentabilidade.

Portanto como problemas centrais serão enfocados os seguintes questionamentos: O que é uma falácia? Qual o conceito de cada tipo de falácia? Há falácias ligadas ao tema da sustentabilidade?

Para tanto o artigo foi dividido em três partes: na primeira será feita uma abordagem conceitual sobre os vários tipos de falácias existentes; na segunda parte será tratado sobre a sustentabilidade e suas dimensões; e a terceira e última parte, adentra-se no tema central o artigo que é a análise das falácias ligadas à sustentabilidade.

Na metodologia foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados o método cartesiano e no relatório da pesquisa foi empregada a base indutiva. Foram também acionadas as técnicas do referente¹, da categoria², dos conceitos operacionais³, da pesquisa bibliográfica⁴ e do fichamento⁵.

¹ "explicitação prévia do motivo, objetivo e produto desejado, delimitado o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa". (PASOLD, Cesar Luis. **Prática da Pesquisa Jurídica e metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007, p. 241).

² "palavra ou expressão estratégica à elaboração e/ou expressão de uma idéia". (PASOLD, Cesar Luis. **Prática da Pesquisa Jurídica e metodologia da pesquisa jurídica**, p. 229).

³ "definição estabelecida ou proposta para uma palavra ou expressão, com o propósito de que tal definição seja aceita para os efeitos das idéias expostas". (PASOLD, Cesar Luis. **Prática da Pesquisa Jurídica e metodologia da pesquisa jurídica**, p. 229).

⁴ "Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais". (PASOLD, Cesar Luis. **Prática da Pesquisa Jurídica e metodologia da pesquisa jurídica**, p. 240).

⁵ "Técnica que tem como principal utilidade otimizar a leitura na Pesquisa Científica, mediante a reunião de elementos selecionados pelo Pesquisador que registra e/ou resume e/ou reflete e/ou analisa de maneira sucinta, uma Obra, um Ensaio, uma Tese ou Dissertação, um Artigo ou uma aula, segundo Referente previamente estabelecido". (PASOLD, Cesar Luis. **Prática da Pesquisa Jurídica e metodologia da pesquisa jurídica**, p. 233).

1 FALÁCIAS

O termo falácia remonta do termo em latim *fallacia*, coradical do verbo *fallere* (enganar). O termo significa, portanto, engano.⁶

“Falácias são erros lógicos, conscientes ou inconscientes, enganadores e/ou autoenganadores, que servem para ludibriar e formar pré-compreensões equivocadas, conducentes a preconceitos ilegítimos, estereótipos e más decisões”.⁷

Falácia é sinônimo de sofisma: argumento que, de premissas verdadeiras, ou tidas como tais, chega-se a uma conclusão inaceitável.

Várias são as falácias encontradas, e neste artigo far-se-á a análise de algumas delas.

A **falácia da ignorância do assunto, ou *ignoratio elenchi***, também chamada de devida a razões irrelevantes. Decorre de uma expressão latina da filosofia escolástica e consiste em se discutir o que está fora da discussão ou o que não está em pauta: discute-se A quando o assunto é B. Políticos que usam e abusam dessa falácia. Consiste, portanto, em apelar à ignorância como prova: se uma asserção não puder ser reconhecida como comprovadamente falsa, então erradamente afirma-se como verdadeira, ou ao contrário.⁸

Ocorrem quando a prova se apresenta a favor da pretensão não é diretamente relevante para ela; assim sucede, por exemplo, quando se comete a falácia que consiste em fugir do problema, em apelar para a autoridade, em argumentar contra a pessoa, em argumentar *ad ignorantiam*, em apelar para o povo, para a compaixão ou a força, embora, naturalmente, nem toda apelação à autoridade, à pessoa, etc. suponha cometer uma falácia.⁹

A **falácia da falsa analogia** consiste no equívoco de semelhança por se tomar uma coisa por outra, em virtude de semelhança accidental e não total entre uma e outra. “Destarte, não se pode concluir que Marte é habitado porque a Terra o é, embora ambos sejam planetas. Pode-se dizer que se trata de um caso de ambigüidade”.¹⁰

Tratada também como falácia das suposições não garantidas, onde parte-se do pressuposto de que é possível passar das razões à pretensão com base numa garantia

⁶ HENRIQUE, Antonio. **Argumentação e discurso jurídico**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 87.

⁷ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012. p. 138

⁸ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 146.

⁹ ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teoria da argumentação jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 116.

¹⁰ HENRIQUE, Antonio. **Argumentação e discurso jurídico**, p. 89.

compartilhada pela maior parte ou por todos os membros da comunidade, quando, de fato, a garantia em questão não é comumente aceita. Formula-se uma pretensão contra a qual não é possível argumentar, com o objetivo de reforçar uma pretensão anterior.¹¹

A **falácia da petição de princípio**, também chamada de falácia por falta de razões. “Consiste em propor uma pretensão e argumentar a seu fazer, aditando ‘razões’ cujo significado é simplesmente equivalente ao da pretensão original”¹². Seria dar como provado o que deve ser provado. É argumento de quem não tem argumentos, pois apresenta como coisa demonstrada o que lhe cabe demonstrar. Um exemplo seria: o réu suicidou-se porque se enforcou. Trata-se, pois, de uma falta de razões, de argumentos.¹³ Consiste em defender o argumento de modo circular, sempre para fugir da carga da prova, definindo bizarramente o acerto de uma tese, pelo fato de que ela supostamente estaria certa.¹⁴

A **falácia genética** é “[...] aquela do argumento que consiste em extrair conclusões indevidas sobre alguma coisa, a partir da qualidade ou propriedade de sua fonte original”.¹⁵ É evidente que não se pode descartar o estudo da origem, porém não se deve chegar a conclusões inadmissíveis, como julgar que alguém de passado poluidor terá de ser, só por esse motivo, irremediável e perpetuamente poluidor.¹⁶

A **falácia *ad populum*** “[...] é a que consiste em apelar a sentimentos populares para substituir ou suprir a falta de consistência na argumentação”.¹⁷ Um dos exemplos dessa falácia é o do nazismo que manipulou as emoções de um povo humilhado após a Primeira Guerra.

A **falácia *ad miseridordiam*** consiste em apelar a sentimentos de compaixão para lastrear conclusão errada e insustentável.

A **falácia da falsa causa** pode ser corriqueiramente encontrável em matéria de formação do liame causal, para efeitos de responsabilidade ambiental.¹⁸ A **falácia do acidente também chamada de falácias devidas a razões falhas**.

¹¹ ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teoria da argumentação jurídica, p. 116.

¹² ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teoria da argumentação jurídica, p. 115.

¹³ HENRIQUE, Antonio. **Argumentação e discurso jurídico**, p. 89.

¹⁴ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 146.

¹⁵ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 139.

¹⁶ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 139.

¹⁷ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 140.

¹⁸ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 142.

Surgem quando as razões oferecidas a favor da pretensão, embora sejam do tipo correto, são inadequadas para estabelecer a pretensão específica posta em questão (poder-se-ia dizer que o que falha aqui é a qualificação ou a condição de refutação); essas falácias podem ser cometidas por se fazer uma generalização apressada (chega-se a uma conclusão com poucos exemplos ou com exemplos atípicos) ou porque um argumento se baseia numa regra que é, em geral, válida, mas se deixou de considerar que o caso em questão poder seria uma exceção dela.¹⁹

Ocorre quando se argumenta a partir de uma regra accidental para o geral e vice-versa.

A **falácia do consenso** “[...] consiste no apelo ao consenso para dar suporte, não raro, a uma conclusão irracional. Trata-se, pois, de argumento fraco e, não raro, inibidor da revisão científica de dogmas e doutrinas defasadas”.²⁰ Para a construção desse consenso, sem coação ou violência, faz-se necessário oferecer razões fortes e adicionais a favor da conveniência da manutenção do consenso, ao menos toda vez que ele for seriamente desafiado.

A **falácia da desqualificação pessoal** é aquela em que se usa dos argumentos para tentar convencer desqualificando o adversário, mediante o ataque injusto de ordem pessoal, para impedir que a audiência perceba a debilidade das próprias razões. Toda argumentação que deixa de ser imparcial faz-se discriminatória negativa e tende a incorrer, de algum modo, nessa falácia.²¹

A **falácia da ameaça** seria aquela argumentativa do medo, traduzindo-se no apelo irracional e alarmista às ameaças catastróficas ou ao pânico para distorcer a eleição das premissas, ou seja, para, mediante constrangimento ou intimidação, obter a conclusão indevida.²²

A **falácia do uso malicioso de palavra ambígua** se traduz no uso maliciosamente de palavra ambígua, de maneira a poder interpretá-la ora de um jeito, ora de outro, aproveitando-se da ineliminável polissemia dos vocábulos e da indeterminação dos conceitos.²³

A **falácia da sequência irresistível** consiste em argumentar contra ação ou inação sob o fundamento de que seria o primeiro passo de sequência difícil de resistir ou aceitar.²⁴

Na sequência faz-se uma abordagem sobre sustentabilidade para melhor compreensão do tema, para somente após fazer-se a ligação desse tema com as falácias ora estudadas.

¹⁹ ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teoria da argumentação jurídica, p. 116.

²⁰ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 143.

²¹ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 144.

²² FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 145.

²³ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 148.

²⁴ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro, p. 149.

2 APORTES TEÓRICOS SOBRE SUSTENTABILIDADE²⁵

Foi na segunda Conferência Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro no ano de 1992 que se iniciaram as discussões sobre o Princípio da Sustentabilidade e principalmente começaram os debates acerca da relação existente entre a pobreza mundial e a degradação ambiental, discussão que permanece até os dias atuais.

Nos dizeres de Denise Schmitt Siqueira Garcia²⁶, o termo sustentabilidade traz diversas conotações e “[...] decorre do conceito de sustentação, o qual, por sua vez, é aparentado à manutenção, conservação, permanência, continuidade e assim por diante.”

Juarez Freitas²⁷ conceitua o Princípio da Sustentabilidade como sendo um

[...] princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

45

Resumindo, o mesmo autor mais adiante em sua obra, trata que a sustentabilidade suportaria, então, 10 elementos básicos: 1. É princípio constitucional de aplicação direta e imediata; 2. Reclama por resultados justos e não apenas efeitos jurídicos, ou seja, reclama por eficácia; 3. Em ligação à eficácia demanda eficiência; 4. Tem como objetivo tornar o ambiente limpo; 5. Pressupõe probidade nas relações públicas e privadas; 6. 7. 8. Implica prevenção, precaução e solidariedade intergeracional; 9. Implica no reconhecimento da responsabilidade solidária do Estado e da sociedade; e 10. Todos os demais elementos devem convergir para ideia de garantir um bem-estar duradouro e multidimensional.²⁸

Correlaciona-se por este viés, também, os ditames de Ramón Martín Mateo²⁹, que tendo por base o Princípio da Sustentabilidade, considera-se que não se trata de instaurar uma

²⁵ Este item do artigo foi retirado do capítulo de livro: GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloíse Siqueira. *Dimensão Social do Princípio da Sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico*. In: GARCIA, Heloíse Siqueira Garcia; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes. **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer**. Itajaí: Editora da Univali, 2014.

²⁶ GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. A atividade portuária como garantidora do Princípio da Sustentabilidade. **Revista Direito Econômico Socioambiental**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 375-399, jul./dez. 2012. p. 389.

²⁷ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 41.

²⁸ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 50.

²⁹ MARTÍN MATEO, Ramón. **Manual de derecho ambiental**. 2. ed. Madrid: Editorial Trivium, 1998. p. 41.

espécie de utopia, senão sobre bases pragmáticas, que fará compatível o desenvolvimento econômico necessários para que nossos congêneres e seus descendentes possam viver dignamente com o respeito de um entorno biofísico adequado.

Deve-se ainda ter em mente que, na realidade, a sustentabilidade é uma dimensão ética, trata de uma questão existencial, pois é algo que busca garantir a vida, não estando simplesmente relacionada à natureza, mas a toda uma relação entre indivíduo e todo o ambiente a sua volta. “Há uma relação complementar entre ambos. Aperfeiçoando o ambiente o homem aperfeiçoa a si mesmo.”³⁰

Sendo nesse sentido que também comenta Gabriel Real Ferrer³¹

Sin embargo, la Sostenibilidad es una noción positiva y altamente proactiva que supone la introducción de los cambios necesarios para que la sociedad planetaria, constituida por la Humanidad, sea capaz de perpetuarse indefinidamente en el tiempo.

Dito isto, deve-se considerar o caráter pluridimensional da Sustentabilidade, conforme conceitua Juarez Freitas³², nesse sentido, divergente é a doutrina quanto à quantidade de dimensões que suportam a sustentabilidade, destacando-se, contudo, que majoritariamente considera-se a existência de três dimensões, chamadas de tripé da Sustentabilidade, que seriam: a dimensão ambiental, econômica e social, esta última enfoque do presente artigo.

Salienta-se, contudo, que aos poucos a doutrina está passando a aceitar a existência de mais uma dimensão, chamada por Paulo Márcio Cruz, Zenildo Bodnar e Gabriel Real Ferrer de dimensão tecnológica. Tal dimensão surge num contexto de evolução do homem ante aos avanços da globalização, conforme destaca-se:

A sustentabilidade foi inicialmente construída a partir de uma tríplice dimensão: ambiental, social e econômica. Na atual sociedade do conhecimento é imprescindível que também seja adicionada a dimensão tecnológica, pois é a inteligência humana individual e coletiva acumulada e multiplicada que poderá garantir um futuro sustentável. Na perspectiva jurídica todas estas dimensões apresentam identificação com a base de vários direitos humanos e fundamentais

³⁰ SOARES, Josemar; CRUZ, Paulo Márcio. Critério ético e sustentabilidade na sociedade pós-moderna: impactos nas dimensões econômicas, transnacionais e jurídicas. **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN Eletrônico 2175-0491, Itajaí, v. 17, n. 3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4208>> Consultado em 01 de abril de 2016. p. 412.

³¹ REAL FERRER, Gabriel. Sostenibilidad, Transnacionalidad y Trasformaciones del Derecho. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (orgs.) **Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2013. p. 13.

³² FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 55.

(meio ambiente, desenvolvimento, direitos prestacionais sociais, dentre outros), cada qual com as suas peculiaridades e riscos.³³

Tal dimensão, conforme comenta Gabriel Real Ferrer³⁴ é a que marcará as ações que possamos colocar em marcha para corrigir, se chegarmos a tempo, o rumo atual marcado pela catástrofe. Sem contar que a técnica também define e já definiu nossos modelos sociais, como a roda, as técnicas de navegação, a máquina a vapor, a eletricidade, o automóvel e a televisão, e nesse sentido, a internet, as nanotecnologias e o que se está por chegar também definirá.

La sociedad del futuro será lo que a través de la ingeniería social seamos capaces de construir institucionalmente y lo que la ciencia y la técnica permitan o impongan. En todo caso, lo que también es evidente es que precisamos urgentemente de un rearme ético capaz de orientar estos procesos hacia un auténtico progreso civilizatorio basado en valores positivos. La ciencia, sumada al egoísmo a ultranza, lo que genera es barbarie.³⁵

Feito este adendo, destaca-se algumas das características principais de cada uma das dimensões para que, então, possa-se passar à análise do foco principal do presente trabalho exposto no próximo item.

A dimensão ambiental do Princípio da Sustentabilidade diz respeito à importância da proteção do meio ambiente e do Direito Ambiental, tendo como finalidade precípua garantir a sobrevivência do planeta através da preservação e melhora dos elementos físicos e químicos que a fazem possível, considerando sempre o alcance da melhor qualidade de vida do homem na terra.

A dimensão econômica foca-se no desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhor qualidade de vida às pessoas. Ele passou a ser considerada no contexto da sustentabilidade por dois motivos: 1. Não haveria a possibilidade de retroceder nas conquistas econômicas de desenvolvimento alcançadas pela sociedade mundial; e 2. O desenvolvimento econômico estaria interligado com a dimensão social do Princípio da Sustentabilidade, pois ele é necessário para a diminuição da pobreza alarmante.

³³ CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo; participação especial Gabriel Real Ferrer. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2012. p. 112.

³⁴ REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN Eletrônico 2175-0491, Itajaí, v. 17, n. 3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202>> Acesso em 11 de novembro de 2013. p. 319.

³⁵ REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**. p. 319-320.

Por fim, a dimensão social consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos, sendo também conhecida como capital humano. Ela está baseada num processo de melhoria na qualidade de vida da sociedade através da redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria com o nivelamento do padrão de renda, o acesso à educação, à moradia, à alimentação. Estando, então, intimamente ligada à garantia dos Direitos Sociais, previstos no artigo 6º da Carta Política Nacional, e da Dignidade da Pessoa Humana, princípio basilar da República Federativa do Brasil.

3 FALÁCIAS SOBRE SUSTENTABILIDADE

Vista essa parte introdutória e entendendo-se o que são falácias e sustentabilidade, agora adentra-se nas falácias que são relacionadas à Sustentabilidade. Algumas são fáceis de identificar como, por exemplo, “a falácia do crescimento econômico ilimitado, como se observou, não resiste à constatação irrefutável de que entre outros obstáculos fáticos, são exauríveis os recursos naturais”.³⁶

48

Essa ideia do crescimento econômico desenfreado surgiu com a revolução Industrial, eis que se acreditava que com a industrialização e o consumo os “males” da humanidade estariam sanados.

Mais tarde, aproximadamente nos anos setenta constatou-se a finitude dos recursos naturais e iniciou-se outro ciclo, agora mais preocupado com a proteção do meio ambiente. Chama-se o início da “década ecológica”, quando a comunidade mundial começou a buscar a proteção da natureza, o que culminou com a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo no ano de 1972.

Essa realidade foi sustentada no Relatório do Clube de Roma³⁷ também chamado Relatório Meadows que foi publicado em 1972 e que tratou especificadamente dos “Limites do crescimento”.

³⁶ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 138

³⁷ Em 1968, constituiu-se o Clube de Roma composto por cientistas, industriais e políticos, que tinha como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. Detectaram que os maiores problemas eram: industrialização acelerada, rápido crescimento demográfico, escassez de alimentos, esgotamento de recursos não renováveis, deteriorização do meio ambiente. Tinham uma visão ecocêntrica e definiam que o grande problema estava na pressão da população sobre o meio ambiente. In: GODOY, Amália Maria Goldberg. **O clube de Roma** – evolução histórica. Disponível em:

Nas palavras de Serge Latouche³⁸:

Nuestro sobrecrecimiento económico se estrella contra la finitud de la biosfera. Sobrepasa largamente la capacidad de carga de la tierra. Un crecimiento infinito es incompatible con un planeta finito. Es verdad que la primera ley de la termodinámica nos enseña que nada se pierde, nada se crea. Sin embargo, el extraordinario proceso de regeneración espontáneo de la biosfera, incluso asistido por el hombre, no puede funcionar a un ritmo forzado. De ninguna manera puede restituir idénticamente la totalidad de los productos degradados por la actividad industrial. Los procesos de transformación de la energía no son reversibles (segunda ley de la termodinámica) y, en la práctica, pasa por lo mismo con la material; a diferencia de la energía, ésta es reciclable, pero nunca integralmente.

Além dessa falácia do crescimento econômico ilimitado outra falácia consiste em imaginar que o maior consumo será sempre sinônimo de maior bem-estar, o que colide, às abertas, com a impossibilidade física de satisfazer impulsos corporais, indefinidamente”.³⁹

Já está mais que firmado o entendimento de que os grandes problemas ambientais estão relacionados, direta ou indiretamente, com a apropriação e uso de bens, produtos e serviços, suportes da vida e das atividades da nossa sociedade moderna.⁴⁰

49

As necessidades de consumo, tanto as reais quanto as chamadas suntuárias ou de consumo conspícuo, nunca pararam de crescer. Na verdade, pela paroxística propaganda da economia dita ‘moderna’, criam-se sempre novas necessidades sob os mais variados pretextos. Daí a assertiva de que os recursos finitos não podem atender a demandas infinitas.⁴¹

E esse anseio da sociedade em investir toda sua felicidade no consumo de bens materiais está gerando uma sociedade doente e infeliz, com jovens completamente desestruturados.

Na sequência traz-se uma abordagem das falácias ligadas ao tema sustentabilidade.

A falácia da ignorância do assunto, a *ignoratio elenchi*, ligada à sustentabilidade seria aquela que intenta crer que, por não haver uma teoria unificada das causas do efeito estufa, seria impossível a posição minimamente sólida sobre o papel das causas antrópicas.⁴²

<<http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentável-evoluio.html>>. Consultado em 01 de abril de 2016.

³⁸ LATOUCHE, Serge. **La apuesta por el decrecimiento**. Cómo salir del imaginario dominante? Barcelona: Icaria editorial, 2008.

³⁹ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 138.

⁴⁰ MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 84

⁴¹ MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. p. 85

⁴² FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 146.

Outra falácia *ignoratio elenchi* também é sobre o aquecimento global, eis que existem teses de que ele inexistente, pois não poderia ser provado. Isso é realmente uma completa falácia eis que é latente e presente na vida de todos o aumento nas temperaturas mundiais, sendo que os maiores aumentos de temperatura foram de 1910 a 1945 e de 1976 a 2000.⁴³⁴⁴

Há que se explicar a diferença do efeito estufa e do aquecimento global,

O efeito estufa é um fenômeno atmosférico natural em que os gases da atmosfera funcionam como um anteparo deixando passar a luz solar para seu interior, mas aprisionando o calor. Sem esse processo, seria impossível a vida na Terra, já que a temperatura média seria 33° centígrados menor.

Já o aquecimento global é o agravamento desse processo natural causado por atividades humanas. É o resultado da emissão excessiva de gases do efeito estufa na atmosfera, principalmente o dióxido de carbono (CO₂). Esse excedente forma uma camada que a cada ano fica mais espessa, impedindo a dispersão da radiação solar e, em consequência, aquecendo exageradamente o planeta. As causas principais são a derrubada de floresta e a queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural), atividades cada vez mais intensas.⁴⁵

Esse aquecimento global vem sendo percebido e registrado há pouco menos de dois séculos, período que coincidentemente se liga à civilização industrial. Os estudos científicos apontam para formação de uma espessa camada gasosa ao redor do globo, a qual impede a dissipação do calor produzido pelos raios solares na atmosfera e sobre a superfície do Planeta.⁴⁶

Assim, o calor formado fica retido e concentrado. É como uma enorme cobertura envolvente que, à moda de uma estufa de plantas, retém o calor e provoca o aquecimento anômalo. A biosfera vê-se prisioneira dentro dessa estufa e, como é fácil compreender, as espécies vivas se ressentem da temperatura aumentada, chegando muitas delas a definharem, morrerem e, por fim, desaparecer definitivamente. No quadro geral, há perdas irreparáveis para o ecossistema planetário.⁴⁷

⁴³ EFEITO estufa e aquecimento global. **Camada de Ozônio. info**. Disponível em: <<http://camada-de-ozonio.info/efeito-estufa-e-aquecimento-global.html>>. Consultado em 25 de novembro de 2015.

⁴⁴ “Em dezembro de 2015, ocorrerá em Paris a 21ª Conferência do clima (COP 21) e terá como principal objetivo costurar um novo acordo entre países para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, diminuindo o aquecimento global e em consequência limitar o aumento da temperatura global em 2° C até 2010.” In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. COP-21. **Socioambiental.org**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21>>. Consultado em 25 de novembro de 2015.

⁴⁵ FRANÇA, Marcos. Qual a diferença entre efeito estufa e aquecimento global? **Cultura Popular**, João Pessoa. Disponível em: <<http://culturapopular2.blogspot.com.br/2010/04/qual-diferenca-entre-efeito-estufa-e.html>>. Consultado em 25 de novembro de 2015.

⁴⁶ MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. p.1109

⁴⁷ MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. p.1109

Portanto, resta claro que a ignorância ao tratar-se do efeito estufa e do aquecimento global geram falácias que são utilizadas para tentar convencer a inexistência desses fenômenos.

Com relação à **falácia da petição de princípio** seria dizer que determinado bem de uso comum do povo é particular, porque sua natureza seria de bem particular, sem maiores justificações.⁴⁸

A Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 225⁴⁹ assim diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A expressão “bem de uso comum do povo” prevista no *caput* do artigo 225 da CRFB não está se referindo ao bem público de uso comum previsto no artigo 99 do Código Civil⁵⁰, que divide os bens públicos em: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. Verifica-se que o artigo constitucional fala em bem de uso comum e não em bem público de uso comum.

Assim, segundo José Afonso da Silva⁵¹, a qualidade do meio ambiente se converteu em um bem jurídico.

Isso que a Constituição define como ‘bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Teremos que fazer especificações depois, mas, de um modo geral, pode-se dizer que tudo isso significa que esses atributos do meio ambiente não podem ser de apropriação privada, mesmo quando seus elementos constitutivos pertençam a particulares. Significa que o proprietário, seja pessoa pública ou particular, não pode dispor da qualidade do meio ambiente a seu bel-prazer, porque ela não integra sua disponibilidade. Veremos, no entanto, que há elementos físicos do meio ambiente que também não são suscetíveis de apropriação privada, como o ar e a água, que são, já por si, bens de uso comum do povo. Por isso, como a qualidade ambiental, não são bens públicos, nem particulares. São bens de interesse público, dotados de um regime jurídico especial, enquanto essenciais à sadia qualidade de vida e vinculados, assim, a um fim de interesse coletivo.

⁴⁸ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 147.

⁴⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Consultado em 01 de abril de 2016.

⁵⁰ BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Congresso Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Consultado em 01 de abril de 2016.

⁵¹ SILVA, José Afonso. **Comentário contextual à constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 837/838

A **falácia genética** relacionada à “sustentabilidade seria a argumentação com base em que as coisas deveriam ser conservadas e mantidas, de modo intacto, esquecendo, por exemplo, que há pragas e espécies nocivas que devastam as nativas. Seria negar a comprovação da seleção natural”.⁵²

Não se pode e não se deve, em apego ao suposto originalismo primitivo, permitir que tribos indígenas cometam o infanticídio, prática que se revela francamente insustentável para os atuais padrões de eticidade e juridicidade.⁵³

A **falácia ad populum** relacionada à sustentabilidade, seria, por exemplo, deixar de remover famílias que vivem em área de risco, especialmente dos menores e idosos, a título de demagógico apelo eleitoral em contrário, sob pena de acumpliciamento com situação cruel e desumana.⁵⁴

A **falácia ad miseridordiam** seria apelar para sentimentos supostamente nobres para se fazer vistas grossas a pesadas infrações ambientais.⁵⁵

Seriam, por exemplo, as autorizações para grandes obras com a alegação de que são essenciais a vida, enquanto na realidade são altamente impactantes ambientalmente e socialmente falando.

A **falácia da falsa causa** está relacionada a responsabilidade civil ambiental, e tem servido para atribuir falsas causas aos danos ambientais, e ainda, como escapismo dos que não aceitam a omissão como causa real de eventos danosos.⁵⁶

A **falácia do acidente** relacionada à sustentabilidade encontra-se na generalização apressada, que consiste em argumentar a partir de um caso particular rumo à regra geral, inaceitável topicamente. O ponto assume particular relevo ao se lidar com normas gerais de Direito Ambiental e Administrativo, pois não se devem negligenciar as qualificações do caso, sob pena de aberrações lógicas e valorativas.⁵⁷

A **falácia do consenso** quando se trata de sustentabilidade seria considerar, num dado contexto, que o crescimento econômico seria o melhor a se fazer, sem considerações à proteção ambiental, porém tal consenso não pode ser considerado nos dias atuais onde é

⁵² FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 139.

⁵³ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 140.

⁵⁴ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 140.

⁵⁵ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 141.

⁵⁶ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 142.

⁵⁷ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 142.

preciso se pensar na proteção ambiental para que as futuras gerações tenham condições de vida no planeta.

O tema relacionado a esta falácia já foi abordado no início desse artigo quando se falou dos danos causados pela exploração irracional do meio ambiente, na necessidade de preocupação com os limites da natureza e com o dano causado pelo consumismo irracional e desenfreado.

A **falácia da desqualificação pessoal** deve ser combatida defendendo-se a imparcialidade como princípio associado à sustentabilidade com o intuito de impedir que as preferências ou as hostilidades subjetivas determinem as decisões. Assim, na defesa desse novo paradigma deve-se afastar as desqualificações pessoais, ainda que se deva fazer a descrição exata, o mais isenta possível, dos inúmeros malefícios pessoais trazidos pela insaciabilidade patológica.⁵⁸

A **falácia da ameaça ou do medo** costuma aparecer nos discursos que defendem tal ou qual decisão, sob pena de catástrofe, por exemplo, diz-se que faltarão recursos para alimentar a população se determinada decisão protetiva do ambiente for tomada.⁵⁹

Quanto à **falácia do uso malicioso de palavra ambígua** poderia dar-se como exemplo a manipulação do sentido da expressão “interesse Público”: pode haver leviandade nas motivações administrativas ao asseverarem que tais ou quais razões de interesse público terão sido decisivas. A simples alusão, sem prova ou consistente motivação, torna a motivação insuficiente ou, no mínimo, suspeita. É preciso haver uma profunda fundamentação.

O grave é que, seguidamente, utiliza-se a expressão ora para designar o interesse público autêntico (bem de todos), ora para designar o mero interesse do aparato estatal, que é particularista e, não raro, colide, flagrantemente, como interesse geral, e desse modo, com a sustentabilidade.⁶⁰

Por fim, a **falácia da sequência irresistível** na seara ambiental seria quando se diz que se for adotado um monitoramento ambiental mais rigoroso da poluição atmosférica, nenhum empreendimento novo seria possível ou milhares de empregos seriam perdidos.⁶¹

⁵⁸ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 144.

⁵⁹ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 145.

⁶⁰ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 148.

⁶¹ FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. p. 149.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que as falácias são uma forma de, consciente ou inconscientemente, ludibriar as pessoas a formarem compreensões equivocadas sobre determinado assunto.

Várias são as falácias existentes, e neste artigo fez-se a abordagem conceitual da falácia da ignorância do assunto; a falácia da falsa analogia; a falácia da petição de princípio; a falácia genética; a falácia *ad populum*; a falácia *ad misericordiam*; a falácia da falsa causa; a falácia do acidente; a falácia do consenso; a falácia da desqualificação pessoal; a falácia da ameaça; a falácia do uso malicioso de palavra ambígua; a falácia da sequência irresistível.

No íterim da outra parte do artigo, foi tratado sobre princípio da sustentabilidade, que considerando as principais ideias conceituais apresentadas neste artigo, deve ser entendido a partir de uma concepção acima de tudo ética, que trata de uma questão existencial, pois é algo que busca garantir a vida, não estando simplesmente relacionada à natureza, mas a toda uma relação entre indivíduo e todo o ambiente a sua volta. Sendo que essa sustentabilidade deve ser abordada num prisma multidimensional, enfocando-se, principalmente, nas dimensões ambiental, social, econômica e tecnológica.

Considerando, então a relevância do tema sustentabilidade e a constante divulgação tanto midiática, como mercantil e política, evidente se torna cada vez mais a sua utilização indevida como artifício de enganação, ou seja, a utilização de falácias em argumentações que o envolvem.

Vários são os exemplos dessas falácias ligadas à sustentabilidade e que foram tratados na pesquisa, porém destacam-se duas delas que são utilizadas de maneira exacerbada, como a falácia do crescimento econômico ilimitado e a da inexistência do aquecimento global e do efeito estufa.

Quanto à falácia do crescimento ilimitado, já se verificou, desde debates traçadas nos anos sessenta, que os limites da natureza eram finitos e que era preciso o combate do crescimento ilimitado, da industrialização desmedida e do consumo desenfreado.

No tange às discussões do tema do aquecimento global e do efeito estufa, a falácia da ignorância é por diversas vezes utilizada, tanto que, muito embora existam vários estudos científicos que comprovem a existência desses dois fenômenos, ainda existem aqueles que afirmam que eles inexistem, pois não podem ser provados.

Percebe-se, portanto, a importância do tema da argumentação jurídica no que tange as questões ligadas à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ATIENZA, Manuel. **As razões do direito**. Teoria da argumentação jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Consultado em 01 de abril de 2016.

BRASIL. **Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Congresso Nacional, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Consultado em 01 de abril de 2016.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo; participação especial Gabriel Real Ferrer. **Globalização, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2012.

EFEITO estufa e aquecimento global. **Camada de Ozônio. info**. Disponível em: <<http://camada-de-ozonio.info/efeito-estufa-e-aquecimento-global.html>>. Consultado em 25 de novembro de 2015.

FRANÇA, Marcos. Qual a diferença entre efeito estufa e aquecimento global? **Cultura Popular**, João Pessoa. Disponível em: <<http://culturapopular2.blogspot.com.br/2010/04/qual-diferenca-entre-efeito-estufa-e.html>>. Consultado em 25 de novembro de 2015.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**. Direito ao futuro. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. A atividade portuária como garantidora do Princípio da Sustentabilidade. **Revista Direito Econômico Socioambiental**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 375-399, jul./dez. 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloíse Siqueira. Dimensão Social do Princípio da Sustentabilidade: uma análise do mínimo existencial ecológico. In: GARCIA, Heloíse Siqueira Garcia; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes. **Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer**. Itajaí: Editora da Univali, 2014.

GODOY, Amália Maria Goldberg. **O clube de Roma** – evolução histórica. Disponível em: <<http://amaliagodoy.blogspot.com/2007/09/desenvolvimento-sustentavel-evolu.html>>. Consultado em 01 de abril de 2016.

HENRIQUE, Antonio. **Argumentação e discurso jurídico**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. COP-21. **Socioambiental.org**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/cop-21>>. Consultado em 25 de novembro de 2015.

LATOUCHE, Serge. **La apuesta por el decrecimiento**. Cómo salir del imaginario dominante? Barcelona: Icaria editorial, 2008.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Manual de derecho ambiental**. 2. ed. Madrid: Editorial Trivium, 1998.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PASOLD, Cesar Luis. **Prática da Pesquisa Jurídica e metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007.

REAL FERRER, Gabriel. Calidad de vida, medio ambiente, sostenibilidad y ciudadanía ¿Construimos juntos el futuro? **Revista Eletrônica Novos Estudos Jurídicos**, ISSN Eletrônico 2175-0491, Itajaí, v. 17, n. 3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4202>>. Consultado em 01 de abril de 2016.

REAL FERRER, Gabriel. Sostenibilidad, Transnacionalidad y Transformaciones del Derecho. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; GARCIA, Denise Schmitt Siqueira (orgs.) **Direito ambiental, transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajaí: UNIVALI, 2013.

SILVA, José Afonso. **Comentário contextual à constituição**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SOARES, Josemar; CRUZ, Paulo Márcio. Critério ético e sustentabilidade na sociedade pós-moderna: impactos nas dimensões econômicas, transnacionais e jurídicas. **Revista Eletrônica**



Novos Estudos Jurídicos, ISSN Eletrônico 2175-0491, Itajaí, v. 17, n. 3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4208>> Consultado em 01 de abril de 2016.

Submissão: 06/07/2016
Aceito para Publicação: 17/02/2017

